



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL  
SECRETARIA DO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL  
CONSELHO DE RECURSOS HÍDRICOS

1 A Vigésima Quinta Reunião Extraordinária do Conselho de Recursos Hídricos ocorreu na  
2 Secretaria do Ambiente e Desenvolvimento Sustentável (SEMA), Porto Alegre-RS, no dia  
3 doze de agosto do ano de dois mil e dezesseis, às quatorze horas. Compareceram os  
4 **Conselheiros:** Maria Patrícia Möllmam – SEMA – Presidência; Pedro A. Dall Acqua –  
5 SOP – Vice-presidência; Sandro Schlindwein – Secretaria da Agricultura e Pecuária –  
6 representante; Julce Clara da Silva – Secretaria da Saúde – representante; Viviane  
7 Corteletti – Secretaria de Minas e Energia – representante; Comitê Passo Fundo: Cladir  
8 Luiz Alves - titular; Comitê Tramandaí: Dilton de Castro – titular; Comitê Camaquã:  
9 Renato Zencker - titular; Comitê Taquari Antas: Julio Salecker – titular; Comitê Baixo  
10 Jacuí: Mário Damé – titular; Comitê Turvo: Marco P. Scherer – titular; Comitê Lagoa  
11 Mirim: André Oliveira – titular. Ausentes: Secretaria do Desenvolvimento Econômico,  
12 Ciência e Tecnologia: Fábio Oliveira Branco; Secretaria do Planejamento e  
13 Desenvolvimento Regional: Margareth Vasata Macchi Silva; Secretaria dos Transportes e  
14 Mobilidade: Pedro Westphalen; Casa Civil: Marcio Biolchi; Sistema Nacional de Meio  
15 Ambiente: João Pessoa Riograndense; Sistema Nacional de Recursos Hídricos: Mirela  
16 Garaventa. Demais Presentes: Comitê Mampituba: José Dambrós – Suplente; Comitê  
17 Litoral Médio: Leda Famer – Suplente; Comitê Gravataí: Sérgio Cardoso – Suplente;  
18 Comitê Santa Maria: Roberto Carvalho – Suplente; Carlos Gabriel Nunes dos Santos –  
19 SDR/DINFRA; Danusa Ribeiro – COAJU; Vitor Hugo C.K. – CABM-BM/RS; Norine  
20 Paloski – CBH Gravataí; Juliana Young – CBH Camaquã – UNIPAMPA; Lauren Heleno  
21 Alves – Comitê Passo Fundo; João Klein – CRH/SEMA; Gabriel Frota – CRH/SEMA;  
22 Carmem Silveira-Secretaria Executiva CRH/SEMA; Patricia Cardoso - Secretária-  
23 Executiva FRH/SEMA. A presidente Secretária Maria Patrícia Möllmann saúda a todos e  
24 dá início à reunião. Há dois itens na pauta sobre questões de orçamento. Pela manhã  
25 houve a reunião extraordinária da Câmara Técnica do Fundo de Recursos Hídricos com a  
26 apreciação para deliberação e apresentação de Parecer ao CRH sobre as alterações  
27 propostas ao orçamento do ano de 2016 e das propostas da SEMA e das demais  
28 Secretarias de Estado para orçamento do ano de 2017, ambas referentes ao uso de  
29 recursos do FRH. A pauta da reunião extraordinária se refere a uma alteração no plano  
30 de aplicação orçamentária deste ano e o orçamento para ser incluído na lei orçamentária  
31 do ano que vem. Peço a apresentação da Secretária Executiva do FRH, lembrando que a  
32 primeira pauta são duas propostas de ajustes no orçamento deste ano. Patrícia Moreira  
33 Cardoso: Hoje o que rege o orçamento de 2016, é a Resolução CRH 175/15. Então, em  
34 função de determinados contextos, temos duas propostas de alteração do orçamento: um  
35 da SEMA e outro vinculado ao saneamento, à SOP, e a inclusão das demandas da  
36 SEAPI em função da irrigação. Da SEMA alteramos o valor referente ao repasse para o  
37 sistema de informação e outorga, da UFLA/FUNDECC, o valor anterior de  
38 R\$1.900.000,00 pleiteamos para R\$1.400.000,00, neste ano. O Convênio para criação do  
39 sistema de gestão de águas subterrâneas, no valor anterior de R\$400.000,000 foi  
40 alterado para R\$200.000,00. Supressão da demanda, convênio para capacitação de  
41 servidores, primeiro com R\$300.000,00 no total, e nós retiraríamos esta demanda do  
42 FRH e passaríamos para o Progestão. Então esse montante de R\$1.000.000,00 dessas  
43 alterações seria para inserção dessa nova demanda de contratação de serviços de  
44 terceiros e manutenção qualidade vinculado a ações na Bacia Hidrográfica do Lago  
45 Guaíba. Maria Patrícia Möllmann A SEMA e a Fundação Estadual de Proteção Ambiental  
46 Henrique Luiz Roessler - RS (FEPAM) vem atuando nessa questão do cheiro e gosto da  
47 água do Lago Guaíba. Trabalhamos desde o início em conjunto com o DMAE para tentar  
48 identificar a fonte e várias ações de fiscalização e vários ajustes foram feitos.  
49 Culminamos com a suspensão das atividades da empresa CETTRALIQ, muito em função  
50 da solicitação de ajustes na licença e necessidade de limpeza da tubulação. Algumas  
51 cargas recebidas pela empresa nós já vínhamos orientando aos clientes para serem  
52 destinadas a outras ETE's. Os exames laboratoriais estão publicados e não indicam



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL  
SECRETARIA DO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL  
CONSELHO DE RECURSOS HÍDRICOS

53 alteração relacionada à empresa e embora a FEPAM tenha solicitado ajustes por  
54 prevenção, pela questão do odor, já tínhamos feito de comum acordo para a cessação do  
55 lançamento e verificar o efeito, como atitude do poder público, e em princípio, a  
56 destinação e desmobilização é responsabilidade da empresa. Mas, a empresa alega  
57 problemas financeiros, então, esse valor fica reservado para que, se a empresa entregar  
58 a chave, terá um custo e poderá ser ressarcido pela empresa posteriormente, mas a  
59 SEMA terá que agir primeiramente em função de suas atribuições como poder público.  
60 Estamos conversando também com a CORSAN para trabalharmos em conjunto então,  
61 fica este valor em ações emergenciais também se for necessário e será trazido à Câmara  
62 posteriormente. Patrícia Cardoso: Para dar garantia aos conselheiros, isso não vai  
63 impactar na questão do SIOUT, nós vamos aditivar o contrato e precisamos fazer  
64 algumas adequações no decorrer para a efetividade do sistema. A questão do convênio  
65 para criação do sistema de gestão das águas subterrâneas ainda está em fase de  
66 estruturação de proposição, então, como surgiu esta demanda mais emergencial, esta  
67 seria a proposta. Então da parte da SEMA continuaria esse orçamento de  
68 R\$32.698.953,00. A outra alteração, não sei se o Pedro ou representante da SEAPI  
69 querem apresentar? Então continuo. Ano passado a SOP, em função da resolução  
70 34/2007, utilizou para estruturar seu orçamento em torno de R\$22.000.000,00; surgiu  
71 uma demanda específica da SEAPI, em função de articulações institucionais que houve  
72 um desmembramento do departamento de irrigação (que fazia parte da SOP) que passou  
73 para Secretaria de Agricultura e Pecuária. Em função disso, a ação prioritária, sistemas  
74 de saneamento, projeto 5536, cujo objeto é o saneamento básico para pequenas  
75 comunidades, da versão original da 175/2015, cujo valor de R\$9.300.948,00 passou para  
76 R\$5.450.948,00 e, esse valor, que representa o montante de R\$3.850.000,00 passou  
77 para a SEAPI, relativa aos projetos do departamento de irrigação. A saber quais seriam  
78 esses projetos: de usos múltiplos, considerando saneamento, abastecimento, irrigação,  
79 tudo vinculado aos usos múltiplos. Então estaria em andamento a fase dois da barragem  
80 Taquarembó e processo ambiental barragem arroio Taquarembó, também fase dois,  
81 valor de R\$633.000,00; andamento barragem Jaguari, de projeto 5426; encerramento de  
82 contrato ECOPLAN/Bourscheid, referente a fase Um, R\$2.100.000,00; projeto 5442  
83 construção da barragem no rio São Sepé, R\$65.000,00, na bacia Vacacaí-Mirim; as  
84 anteriores são relativas a Bacia Santa Maria; projeto 5763 execução do estudo ambiental  
85 do canal Jaguari, com R\$27.000,00; 5762 de execução do estudo ambiental do canal  
86 Taquarembó, R\$23.000,00; e apoio técnico ao gerenciamento das ações e políticas  
87 públicas R\$1.000.000,00, na Bacia Santa Maria; resultando então, a cota orçamentária  
88 da SOP vinculada ao saneamento, antes de R\$20.808.000,00 passaria para  
89 R\$16.958.425,00 e a SEAPI ficaria com orçamento de R\$3.850.000,00, totalizando o teto  
90 geral orçamentário do FRH, relativo ao ano de 2016, de R\$59.452.642,00. Sergio  
91 Cardoso, Pres. Comitê Gravataí: Não vou entrar no mérito da questão dos recursos. Mas  
92 vou entrar no mérito da falta de aplicação da política de irrigação no RS: Foi feito um  
93 plano estadual de irrigação, fizemos todo um debate sobre a Câmara Técnica, fizemos  
94 indicações de Comitês para as Câmaras técnicas e não se localiza o caminhão de  
95 informação gerada no plano estadual de irrigação do RS. Uma política de irrigação onde  
96 o conselho não se reúne nas câmaras técnicas, e a gente não consegue encontrar  
97 informações sobre um Plano Estadual que foi feito e gasto R\$600.000,00, e estou  
98 tentando catar onde está isso, se alguém puder me ajudar a achar as informações do  
99 plano que foi feito com dinheiro do BIRD e para encarmos isso não apenas como  
100 mudança de rubrica. Não tivemos um TIUMA pro Gravataí aprovado, por causa do  
101 Diretor. Aprovamos ontem resolução CONSEMA sobre a questão da irrigação, e tem lá  
102 um item que fala sobre territórios de irrigação para potencializar licenciamento ambiental  
103 mas, no Gravataí, como não foi aprovado por causa do Diretor, então precisamos aplicar  
104 a política de irrigação aprovada no plano estadual, pois temos setor na bacia do Gravataí



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL  
SECRETARIA DO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL  
CONSELHO DE RECURSOS HÍDRICOS

105 que são importantes, e não temos discussão da política de irrigação lá dentro. E se o RS  
106 contratou esse plano e vários presidentes participaram, uns deram bola, outros não, e  
107 agora não acho as informações do plano estadual de irrigação. Cadê as reuniões do  
108 conselho estadual de irrigação? Onde estão as câmaras técnicas do conselho estadual  
109 do setor irrigação? Gostaria que fosse comunicado ao Secretário a retomada urgente da  
110 política de irrigação, colocam resoluções no Consema e a construção da política irrigação  
111 fica a margem de quem estiver a disposição como foi com o secretário da época. Leda  
112 Famer: sou a Presidente do Comitê do Litoral Médio, e o assunto é o mesmo do Sergio,  
113 da criação de uma política de irrigação; no Litoral Médio, criamos em conjunto com o  
114 comitê Tramandaí o compartilhamento de um TIUMA, para resolver o problema da  
115 barragem da lagoa da fortaleza que está em emergência e a qualquer hora rebentará  
116 porque está manual, está mecânico, e poderá inundar pinhal e cidreira, será um caos,  
117 pela manhã não conseguimos colocar recurso na questão. A segunda posição é que  
118 temos o açude dos Felicianos, com 1.100 irrigantes que era de competência do IRGA que  
119 agora cai fora e para regularizar tanto a outorga quanto a questão ambiental. Nós  
120 criamos um GT no litoral médio e esbarramos em quem vai ter a competência, há uma  
121 ação judicial em cima do açude dos Felicianos que diz que é o estado que tem a  
122 competência para resolver o problema, principalmente a questão de obras. Então,  
123 quando vemos todos esses recursos e não temos nada para regularizarmos as  
124 anteriores, eu fico preocupada. E me preocupo mais ainda por não ver que uma política  
125 de irrigação não está sendo cumprida e, principalmente, onde estão os TIUMA, já  
126 estamos em setembro e não tem solução. Destinam recursos para Taquerembo e para as  
127 pequenas obras que necessitam de poucos recursos para resolver os problemas, não há  
128 previsão de destinação de rubricas para tais obras. Já tínhamos no orçamento da SOPS,  
129 no governo anterior, um orçamento de R\$200.000,00, mas não havia entidade que  
130 pudesse pegar os recursos alocados e a SOPS disse que não tínhamos onde colocar o  
131 dinheiro, aí criamos um TIUMA e ficamos na negritude. Sugiro colocar um recurso aonde  
132 tem competência para isso e regularizarmos. Eldo: Primeiro, a questão dos recursos para  
133 constarem hoje nessas questões que estamos colocando, foram amplamente discutidas  
134 pela manhã numa reunião histórica, elas foram demandadas pelos comitês, não  
135 especificamente essas mas, para os comitês que vem a seguir, que seria o caso da Leda,  
136 nós tivemos desde março até agora, os comitês, porque nós cobramos tudo isso e muito  
137 mais da secretaria da Agricultura, que apareceu agora e tal, as barragens foram  
138 profundamente discutidas e tem demanda da Câmara Técnica, e será tudo esclarecido e  
139 não há o que desconfiar, então tá tudo legítimo. Mas, os comitês, tem que fazer a mea  
140 culpa, pois faltaram as reuniões, foram excluídos por falta na Câmara Técnica do  
141 CONSEMA, para nós é uma dificuldade pois temos de viajar 1000km e muitas vezes  
142 temos que voltar pois não tem quórum. No Conselho de Irrigação, Camaquã e Santa  
143 Maria, representam os Comitês, não vamos pessoalizar; temos brigado há um ano para  
144 ser retomado isso. Agora as questões de orçamento, foram demandadas de março até  
145 agora, primeiro foi demandado isso para o Fórum e o Fórum demanda às câmaras  
146 técnicas de forma muito pertinente, acho que foi proposta do Claudir. E nós tivemos todo  
147 esse tempo, e não era para ser na última hora e nem no dia anterior para encaminhar  
148 propostas ao orçamento, e sim desde março e então façamos um mea culpa, não  
149 fiquemos só na crítica e apresentemos soluções por que a proposta é fazermos lá a  
150 gestão e aqui as propostas e, temos que encarar isso com seriedade e profissionalismo e  
151 nos apresentar quando demandado; A questão do conselho de irrigação está pedida  
152 insistentemente para ser retomada, a questão dos TIUMA's não é tão simples assim, nós  
153 temos lá o território de irrigação do Taquarembó-Jaguari, é por isso que eles estão aqui,  
154 aliás uma consideração que não fiz hoje de manhã à esse conselho que é o órgão  
155 máximo desse sistema, esse Território de Irrigação quando ainda não era território de  
156 irrigação foi apresentado aqui no início do governo anterior, e foi muito bem pensado,



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL  
SECRETARIA DO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL  
CONSELHO DE RECURSOS HÍDRICOS

157 articulado, questionado e respondido, aqui por esse Conselho. O CRH/RS conhece o  
158 território de irrigação das Bacias dos Arroios Jaquari e Baixo Jaguari Taquarembó, tanto  
159 que reconheceu em uma resolução isso, e, só por isso, nós só estamos esperando agora  
160 o conselho de lá, institucionalizar. Tá pronto e teve inúmeras reuniões com a participação  
161 das instâncias do Estado, todas, se articulando para fazer as adequações necessárias  
162 para que aquele território de irrigação fosse território de irrigação. Tivesse a licença  
163 coletiva, tivesse a outorga coletiva, tivesse tudo, que algumas coisas já têm e outras  
164 faltam por inoperância dessa Secretaria de Obras e depois da Agricultura, que passaram  
165 a deixar de convocar o Conselho Gestor sem explicação; e como o Sérgio falou, vários  
166 de nós participamos desde o início do plano de irrigação e formalizamos tudo nessa  
167 escritura, que agora sumiu, porque estava no site da Consultoria que fez o PIUMA e  
168 ninguém tratou de resguardar para que isso não sumisse do mapa, todo esse aporte,  
169 está lá tudo registrado, o que se fez, como se fez e porque se fez. Agora, tem  
170 que continuar, o TIUMA não é criado só por vontade de um ou dois comitês, porque  
171 primeiro tem que ter usos múltiplos pois, se só tem um uso esse TIUMA, não é TIUMA no  
172 RS por causa da nossa política de irrigação. Agora, que ela está parada está que ela tem  
173 uma estrutura meio estranha tem, que o Conselho tem uma dificuldade enorme de se  
174 articular tem porque foi criado um pandemônio praticamente e registrado na lei  
175 erradamente, mesmo tendo exemplo da lei de recursos hídricos que, depois a cada  
176 reforma administrativa do Estado, não se configura mais a composição dos conselhos e  
177 tudo mais, citando secretarias quando não se deveria e, enfim, ao invés de deixar para  
178 outros documentos que não demandassem uma legislação e que tenha que passar pela  
179 assembleia, estamos sentindo isso na questão do que se quer fazer com as agências, na  
180 lei de recursos hídricos e não vai sair nunca da ASSLEG. Então é hora de nós nos  
181 articularmos e eu fico muito feliz que além do Sérgio que, parece que o Santa Maria e o  
182 Gravataí são os únicos que tem irrigação no RS mas agora tem mais, e em alguns nem  
183 se reconhece a irrigação como uso de água, uma coisa muito estranha. Temos uma boa  
184 briga e precisamos reconhecer que há irrigação no restante do Estado, que a gestão da  
185 irrigação se faz com outorga também e que articulação há, pois tem o plano estadual,  
186 tem tudo, tá tudo articulado e pronto pra funcionar. Agora nós temos que parar com essa  
187 crítica e cumprir com nossa função, nós Comitês prioritariamente, pois essa é a base  
188 deste sistema que é o guarda-chuva das demais políticas que envolvem o uso da água.  
189 Maria Patrícia. O Eldo já esclareceu muitas coisas da reunião de hoje pela manhã.  
190 Resumidamente, este é o orçamento para ser executado este ano, e a seguir, o  
191 orçamento do ano que vem, e como me referi, a dura cobrança de se conhecer o projeto  
192 da Secretaria da Agricultura e se organizar e trazer no Comitê e também na Câmara  
193 Técnica; e o orçamento foi aprovado com esta condição e a CTPA vai acompanhar de  
194 perto e de cima. Ficou aprovado mas vai ter acompanhamento bem de perto da Câmara  
195 e a Agricultura se dispôs a acompanhar tanto no Comitê como na Câmara Técnica numa  
196 reunião específica. Vou colocar então em votação, este é para este ano; Patrícia  
197 Cardoso. As alterações estão em amarelo; Se retirou orçamento da parte da SOP, do  
198 orçamento de projeto de saneamento básico de pequenas comunidades para inclusão da  
199 SEAPI que assumiu o departamento de irrigação e respectivas obras, no valor de  
200 R\$3.850.000,00. E, na parte da SEMA, da contratação de serviços de terceiros e  
201 manutenção da qualidade, se retirou R\$1.000.000,00, se jogando com as rubricas dos  
202 orçamentos, sem nenhuma perda das atividades do DRH/SEMA. Maria Patrícia. Então  
203 vou colocar em regime de votação. Os favoráveis? Quem é contrario? Abstenções?  
204 Então aprovado por unanimidade. O próximo ponto da pauta é orçamento do ano que  
205 vem. Patrícia Cardoso. Então, nessa segunda-feira, recebemos da SEPLAN, a  
206 informação sobre o teto máximo relativo ao FRH, no valor global de R\$55.000.000,00 a  
207 ser dividido entre as habilitadas pela resolução 34/2007: é de 55% da SEMA,  
208 R\$30.000.000,00; Saneamento 35%, e as setoriais 10% totalizando o valor global. A



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL  
SECRETARIA DO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL  
CONSELHO DE RECURSOS HÍDRICOS

209 proposta da SEMA, então, utiliza dois projetos, o de maior proporção, projeto 5862,  
210 implementação de planos, programas e projetos ambientais, bancando os avisos legais,  
211 as publicações do CRH/RS para os processos eleitorais de composição dos comitês,  
212 pleiteando os R\$15.000,00 para o ano de 2017 e inserimos recursos para manutenção  
213 DRH/CRH, como despesas com combustível, diárias, adiantamentos para passagens de  
214 ônibus, no valor de R\$400.000,00, surgindo por causa da situação financeira do Estado  
215 do RS, e temos com o SIOUT da parte DRH e temos alguns exemplos, como Santa Maria  
216 que teve uma atividade vinculado a lei de segurança de barragens, nós vamos ter a  
217 DIOUT com mais fiscalização, então, a nível logístico seria a função de manutenção  
218 destinada pra isso. Temos também convênios para manutenção dos comitês de bacia no  
219 valor global de R\$2.500.000,00 e inserindo então, como instrumento de planejamento,  
220 que são os planos bacia, há situações em que precisa contratar o plano completo e a  
221 situação onde precisamos finalizar os planos de bacia, ou seja, aqueles que só tem até o  
222 seu enquadramento. Não vou entrar nos valores, vou citar apenas as bacias: Tramandaí,  
223 Vacacaí - Vacacaí-Mirim, Mampituba, (que é novidade, pois, na resolução do ano  
224 passado estávamos em uma articulação com a ANA para eles bancarem em função do  
225 comitê federal do Mampituba. Por enquanto isso não andou muito então este ano o  
226 Diretor do DRH considerou sua inserção), a bacia do Apuaê-Inhandava vai ser finalizado  
227 no ano que vem, Taquari-Antas, Turvo-Santo-Cristo-Santa-Rosa, Ijuí, Rio Pardo, Rio  
228 Negro, Várzea, Butuí-Icamaqua, Litoral-Médio, Lagoa-Mirim, Alto Jacuí e Passo Fundo.  
229 Esses são os contemplados para estruturação completa, ou seja, de seus instrumentos  
230 de planejamento. Para quem não sabe o que representa este valor, é referente aos  
231 produtos entregues a partir da contratação deste plano, então como há um hiato entre as  
232 entregas, às vezes tem que aditivar contratos, enfim, apresentamos uma estimativa.  
233 Patrícia Cardoso: Agora a parte da Implantação do instrumento. Considerando os que  
234 tem até a fase C, tendo plano de ações e diretrizes de outorga: Baixo Jacuí, Ibicuí,  
235 Camaquã, Gravataí, Sinos, Quaraí, Caí e o rio Santa Maria. Finalizando a implantação  
236 dos Planos de Bacia, os planos em função de ser estudo, de disponibilidade do balanço  
237 hídrico e usos múltiplos, as ações bancadas são não-estruturais, isto é, aquelas que se  
238 referem a intervenções de obras é outra receita, outro financiamento, o fundo consegue  
239 bancar só as ações não-estruturais, que são estudos de viabilidade, alternativa de  
240 modelos para utilização de outorga. Os demais projetos: vamos aditivar o SIOUT  
241 contemplando um valor de R\$500.000,00. Temos uma demanda específica do comitê  
242 Passo Fundo que seria do convênio com Universidade de Passo Fundo, no valor atual de  
243 R\$100.000,00 e será contemplado com valor de R\$80.000,00. Uma questão que é  
244 resultado da organização das Câmaras Técnicas das regiões hidrográficas, é a  
245 contemplação da demanda da FEPAM e DRH para começar a utilizar o fundo para  
246 recuperar a rede de monitoramento da qualidade: valor de R\$1.000.000,00. O tradicional  
247 repasse do PIS/PASEP, que é uma retenção dentro do orçamento, sai da parte da SEMA  
248 porque é a SEMA que tem gerenciamento do FRH. Encerramos aí os primeiros projetos.  
249 Em relação ao seguinte, que é o 6723, implantação do sistema de gestão riscos, nós  
250 temos os seguintes objetos: a consultoria da prestação de serviços da sala de situação,  
251 que está em andamento e é um trabalho vinculado a Defesa Civil, nós estipulamos uma  
252 média de R\$500.000,00, e temos finalizando da parte da SEMA a aquisição dos radares,  
253 este ano nós temos em torno de R\$13.000.000,00 e está sendo pleiteado para o ano que  
254 vem R\$11.600.000,00, e ainda temos uma demanda totalizando cota total incorporando o  
255 projeto do Comando Ambiental da Brigada Militar. O Major Becker veio no CRH, fez uma  
256 apresentação há dois anos, levou na CTPA, e esta solicitou alterações que deixasse  
257 claro como seria essa questão da fiscalização e se haveria duplicidade de atribuições  
258 com a FEPAM. Tudo isso foi sanado e os representantes do Batalhão redimensionaram e  
259 apresentaram um novo projeto com esses valores: R\$3.614.750,00. Não sei se o Major  
260 Becker quer comentar alguma coisa? Leda Famer. A Patrulha Ambiental tinha um



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL  
SECRETARIA DO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL  
CONSELHO DE RECURSOS HÍDRICOS

261 convênio com atribuições de fiscalização, junto a SEMA. No ano passado não tinha mais  
262 esse convenio com a SEMA e foi extinto, e quero saber se tem isto como atribuição da  
263 fiscalização dentro da competência da lei estadual de meio ambiente e de recursos  
264 hídricos, se esse convênio está em vigor? Maria Patrícia. Na verdade eles não precisam  
265 do Convênio, pois estão dentro do SISEPRA. O Convênio era questão dos autos de  
266 infração, que a fiscalização não se resume aos autos de infração, a gente tem dentro do  
267 sistema também a questão da constatação e eles tem competência para atuação na  
268 parte criminal e tem sido nossos parceiros em outras ações como nos processos de  
269 fiscalização e monitoramento da qualidade da água, então eles estão dentro do sistema.  
270 Não será um convênio, mas sim parcerias que a gente tem feito com eles. Leda Famer. A  
271 pergunta é a competência da fiscalização devido ao sistema e pela legislação ambiental.  
272 Este convênio não existe. O segundo ponto, não estou discutindo valores e o projeto  
273 atribuído a eles, estou discutindo a competência...Maria Patrícia. Eles têm competência,  
274 No sistema ambiental eles fazem a fiscalização, eles estão dentro do sistema de proteção  
275 ambiental, eles estão na lei do sistema de proteção ambiental. A PGE tinha o  
276 entendimento de que seria possível através de convênio passar a competência para  
277 autos de infração, aí se entendeu que não, pois se a lei fala em auto de constatação  
278 então não teria a lavra do auto de infração. O auto de constatação faz parte do  
279 procedimento de fiscalização; podemos converter o auto de constatação como servidores  
280 públicos em autos de infração. A lógica do sistema tem sido essa. Leda Famer. Então a  
281 competência é do órgão licenciador pela lei então, SEMA e FEPAM, neste caso a  
282 constatação sim, no projeto que eles têm é em parceria com o órgão gestor, então  
283 entendi. Major Becker. Só para dirimir algumas dúvidas do representante do Comitê do  
284 Litoral Médio. Para quem não tenha conhecimento, estamos estruturados em 3 batalhões  
285 no Estado, o primeiro com sede Porto Alegre que pega todo litoral norte e sul, o segundo  
286 com sede em Santa Maria pega região central e fronteira oeste e terceiro BABM com  
287 sede em Passo Fundo, que pega toda parte do planalto, desde a serra e até o noroeste  
288 colonial. O Decreto 42.871 atribui ao Comando Ambiental BM a missão de cumprir e  
289 fazer cumprir a legislação ambiental no RS, que é a competência da BM de polícia  
290 ostensiva ambiental em todo território RS e atuamos na parte penal do fato. Essa questão  
291 se dá através de chamado, ou patrulhamento, se constata o delito, se faz toda a parte  
292 penal, o Termo Circunstanciado ou a prisão, se faz levantamentos técnicos, e se manda  
293 esse relatório, parte penal, ao Poder Judiciário, e Polícia Civil caso for transformado em  
294 um inquérito Cível, a parte do Cível ao MP, e o relatório administrativo aos órgãos de  
295 controle, e aí entra a lei Complementar 140, que a Sra. abordou, que diz quem licencia,  
296 fiscaliza o licenciamento, na parte administrativa; nós fiscalizamos a parte penal. Sergio  
297 Cardoso. Fizemos um debate aqui sobre o processo das duas mãos, eu estou na  
298 presidência do comitê Gravataí faz um ano e meio e se me perguntar o que faz a BM no  
299 Gravataí eu não sei, sei que trabalha, mas a prestação de serviço às entidades, nunca foi  
300 potencializado pra nós isso. Então não adianta vocês chegarem lá e pedir recursos se  
301 não haver uma sincronia no debate da política pública fica difícil. A BM vai lá faz a ação e  
302 não temos como construir isso. Então temos que ter uma contrapartida da prestação  
303 serviços à comunidade; uma pauta do serviço dos últimos seis meses, dar um mínimo de  
304 satisfação do que faz dentro da bacia hidrográfica do Gravataí quando vem a este órgão  
305 superior do sistema pedir recursos para se estruturar. Vou dar dinheiro para que se não  
306 sei o que vocês fazem lá dentro? Então estou fazendo uma solicitação de contraponto,  
307 não só aqui, mas em todos os comitês, que busquem as pautas dentro dos comitês, pois  
308 não adianta fazer as articulações dentro da política do estado para pegar recurso, e peça  
309 para todos os 25 comitês uma pauta uma vez por ano, para deixar claro o que foi feito,  
310 dar uma transparência pois a gente se constrói no ombreamento. Se temos um parceiro  
311 que potencializa o seu recurso, mas não a transparência da ação da política de vocês, do  
312 seu ato dentro da bacia hidrográfica, a gente fica chateado, é mais um cata-dinheiro e sei



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL  
SECRETARIA DO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL  
CONSELHO DE RECURSOS HÍDRICOS

313 o que tu pensa disso. Então só queria fazer esta solicitação. Segue-se comentário de  
314 Comitê Pardo sobre pauta da BM no mesmo. Leda Famer. Sabe que a BM tenha sido  
315 atuante, mas comenta não ter tido pauta da BM dentro do Litoral Médio. E pede uma  
316 previsão das ações dentro dos Comitês. Major Becker. Agradece e pede que os convidem  
317 para palestrar de como funciona o Comando Ambiental e pede que demandem dizendo  
318 que comparecerão para dirimir as dúvidas. Comitê Camaquã diz ter o Comado sempre  
319 presente e participativo. Leda Famer: Apenas uma pergunta, todos os comitês tem  
320 assento no Governo do Estado que a PATRAM poderia indicar um representante dentro  
321 dos comitês. Porque não há indicação? Carmem Silva: Provavelmente vocês tem  
322 indicação. Todos os comitês têm indicação. Já aconteceu de eu ter que reencaminha-lá.  
323 E se eles não são convocados eles não vão. (Leda diz não ter recebido as indicações e  
324 Carmem diz que vai verificar e reencaminhar, se necessário). Leda Famer: A minha  
325 crítica maior é a representação do estado dentro dos comitês, porque o Estado não tem  
326 sua representação dentro dos comitês. Marcos Scherer (Representante do Comitê  
327 Turvo): Eu só queria comentar que, lá no comitê Turvo, nós temos o grupo especial, que  
328 é a FEPAM e a PATRAM, e que ambos são muito participativos, vão em todas as  
329 reuniões, sempre tem representantes da FEPAM e da PATRAM, e ainda da PATRAM  
330 vão sempre dois ou três representantes, e têm soldados e sargentos, o Major Nascimento  
331 vai também, o nosso vice-presidente que hoje representa o Rotary, ele é ex-comandante,  
332 é o tenente coronel Ribas, então a participação da PATRAM é muito atuante e sempre  
333 que nós precisamos no comitê de parcerias pra alguma ação, eles estão em todas, não  
334 se furtam a nenhuma delas, inclusive quando não tem recursos eles também vão e a  
335 gente arruma recursos de outras fontes quando precisa. Mas é uma parceria muito boa,  
336 eu acho que também cabe a nós, comitês, criar essa proximidade com os órgãos, tanto  
337 FEPAM, SEMA, BM, seja quem for. Eu acho que nós, como comitês, somos articuladores  
338 também e a gente tem que fazer isso se não vai funcionar mesmo. Carmem Silva. No  
339 começo eles participavam do grupo 4, porque faziam a fiscalização e que depois,  
340 passaram por indicação da Secretaria de Segurança a ser do grupo 3, então tem direito a  
341 voto e no Vacacaí e outras bacias fazem parte até de GT e que na próxima eleição  
342 poderia mudar a participação. Claudir: Primeira coisa, o ano passado comemorava-se 10  
343 anos do Batalhão Ambiental em Passo Fundo e o Comitê Rio Passo Fundo convidou eles  
344 a ir lá apresentarem as ações desse período todo. Agora, tem formatura de uma turma do  
345 Patrulheiro Ambiental Mirim e o Claudir, Presidente do comitê de bacia, vai ser  
346 homenageado, em função das atividades que presta em conjunto com o batalhão. Então,  
347 é nós também que temos que abrir a porta, se não, não chegamos a lugar nenhum. Major  
348 Becker: Para aproveitar o momento e apresentar à vocês, gostaria de convidar a falar o  
349 Coronel Vitor Hugo que é o Comandante que coordena os três Batalhões Ambientais do  
350 RS. Capitão Vitor Hugo. Vou falar do que foi feito agora, pois estou entrando agora. É  
351 uma parceria que trabalha muitas vezes em silencio. Junto com a SEMA estamos  
352 tentando levar segurança na área de meio ambiente a todo o Estado. Temos mais de 300  
353 integrantes hoje no comando ambiental. São poucos, perante todo o estado, perante  
354 todos os problemas que temos. Temos um problema hoje, assim como toda a BM no  
355 estado, de os integrantes estarem envelhecendo e se aposentando e há necessidade de  
356 renovação. Frente a isso, colocamos algumas metas em prazo médio de 2 ou 3 anos  
357 para tentar concretiza uma melhor qualificação do nosso efetivo. A qualificação que nós  
358 tínhamos está indo embora, essa memória muito importante dos integrantes está se  
359 perdendo e há necessidade de requalificação. Ano que vem temos objetivo de atingir 4  
360 cursos de graduação especificamente na fiscalização em recursos hídricos. É minha  
361 área, sou engenheiro químico de formação com pós-graduação na área de tratamento de  
362 efluentes, que é a minha zona de conforto. Independentemente das outras ações do BM  
363 que tem trabalhado na flora, fauna, nós estamos prevendo investimentos massivos na  
364 qualificação de recursos humanos, feito por Universidades, na compra de equipamentos



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL  
SECRETARIA DO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL  
CONSELHO DE RECURSOS HÍDRICOS

365 de monitoramento e em pouco tempo transformar todas nossas sedes, que são 40  
366 espalhadas pelo RS, em monitoramento ambiental, meteorológico e alguns tipos de  
367 dados de recursos hídricos, prospectados em quartéis que estão na beira de rios, a  
368 intenção é colocar todos esses parâmetros à disposição da SEMA para ser feito controle  
369 online, em tempo real, de tudo que acontece no RS relacionado a meio ambiente. Isso  
370 ainda vai levar muito tempo para se concretizar mas, tem que ser dado um passo inicial.  
371 Frente a tudo isso, esses R\$3.600.000,00 é um dinheiro pequeno para tudo que  
372 pretendemos fazer. Mas é um início, e agradeço a SEMA em tirar parte da fatia do  
373 orçamento dela, para que nós pudéssemos iniciar essa caminhada. A aquisição de  
374 barcos e equipamentos eventualmente também tem de ser feito, agora, é mais importante  
375 bem qualificar nossos recursos humanos para termos um bom uso dos equipamentos.  
376 Leda Famer. A qualificação eu entendo como muito importante porque poderá ser  
377 questionado alguns dados quando não bem lidos e, se não houver qualificação, os dados  
378 poderão não servir na gestão dos recursos hídricos. Então acredito ser muito importante  
379 até para a calibração dos equipamentos e para a qualidade dos dados já que para isso é  
380 necessário gente qualificada. Gostaria de convidar a PATRAM a fazer parte do Litoral  
381 Médio, pois há um batalhão bem grande no Litoral Médio, e quero citar que não temos a  
382 indicação que a Carmem disse, acabei de ligar para a Secretária Executiva para  
383 confirmar. Então peço que, se puderem nos indicar, seria muito importante e tem vaga. O  
384 Estado se faz ausente em várias Secretarias, pois tem assento dentro dos Comitês e  
385 acabam não indicando. Então nós, a sociedade e usuários, terminamos falando com nós  
386 mesmos, pois o Estado não está ali para dizer o que está fazendo ou o que pode fazer.  
387 Nossa preocupação maior é a presença do Estado estar bem caracterizada dentro dos  
388 comitês, e é papel do CRH estimular quem está lá presente. Temos representantes  
389 apenas da Saúde, da Corsan e da Secretaria Educação nos Municípios, e não temos a  
390 indicação do Estado. Major Becker. Só para esclarecer, as indicações foram feitas, mas  
391 de repente não chegaram lá, vou pedir seu email, para lhe passar diretamente os nomes  
392 e com relação ao aferimento dos materiais, nós somos privilegiados pois estamos ao lado  
393 da PUC e o LABELO é autorizado pelo INMETRO a fazer os aferimentos nos  
394 equipamentos, e o nosso policial militar vai receber a orientação de bem tratar esse  
395 material quanto à prova ambiental. Mais alguma dúvida? Muito Obrigado. Maria Patrícia.  
396 Iríamos entrar no orçamento na parte de saneamento. Alguém tem ainda alguma dúvida.  
397 Leda Famer. Eu tenho uma duvida, levantada pela CTL, que foi pedida e não  
398 contemplada que era uma viabilidade do aumento do valor da manutenção dos comitês,  
399 que continua R\$100.000,00 para cada comitê, e discutimos a viabilidade de um aumento  
400 do valor porque já está bem defasado o valor e havíamos proposto um valor de  
401 R\$130.000,00. Patrícia Cardoso. Hoje de manhã não conseguimos terminar de  
402 apresentar como a SEMA chegou nesta proposta considerando o Fundo de Recursos  
403 Hídricos. Aquelas demandas que não entraram com receita de FRH e que não entraram  
404 no Plano de Aplicação do Progestão, porque, o que não entrou no fundo nós vamos  
405 pleitear a utilização dos recursos do Progestão. Hoje, o Progestão, tem em torno de  
406 R\$1.200.000,00. Esse recurso é para fortalecimento do órgão gestor. Então, como? Rede  
407 de monitoramento, pluviométrico, hidrometeorológico, faz parte do fortalecimento do  
408 órgão gestor. As demandas de vocês constituídas dentro das respectivas Câmaras  
409 Técnicas, estão inseridas dentro do Progestão. O que não conseguiu ser incluído nem no  
410 fundo nem no Progestão, como por exemplo, as demandas da CTU, que são: estudo de  
411 criação de UC, que foi uma demanda do Passo Fundo no âmbito da Câmara Técnica da  
412 CTU, nós vamos encaminhar ao DBIO em função de que temos que respeitar o Sistema  
413 Estadual de UC. Temos várias demandas, mas a SEMA/DRH só vai desenvolver apenas  
414 do que é de sua atribuição. Quanto a questão dos convênios, vamos realizar o  
415 encaminhamento de estudos de viabilidade considerando que a última alteração foi em  
416 2012. Antigamente, me corrija quem tiver mais tempo de sistema, até então, por exemplo,





ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL  
SECRETARIA DO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL  
CONSELHO DE RECURSOS HÍDRICOS

417 o Tramandaí que venceu seu convênio em dez/2015, valor de R\$50.000,00. Em fev/2012  
418 foi aprovada a resolução 99/2012 do CRH que passou o valor por demanda de vocês, de  
419 R\$50.000,00 para R\$100.000,00. Vocês indicaram a demanda, então vamos estudar a  
420 viabilidade, pois a cada decisão nós precisamos prever o impacto. Então, olhem só como  
421 foi colocado aqui na apresentação: Encaminhar estudos de viabilidade considerando que  
422 a última alteração foi em 2012, resolução CRH 99/2012. Estou falando da CTU aqui no  
423 caso. Leda Famer. Eu só tenho uma triste constatação. Para nós que somos braço direito  
424 dos comitês e lá do órgão estadual CRH temos esse rigor. E para os demais, nós temos  
425 a benevolência, então só posso constatar isso. Lastimo esse rigor em cima de nós que  
426 somos voluntários e trabalhamos dentro dos comitês e quando pleiteamos alguma coisa  
427 temos esse rigor de não ser atendidos e aí nos outros órgãos de estado é uma  
428 benevolência. Não é uma crítica, apenas uma constatação. Marcos Scherer: Eu só queria  
429 comentar, na verdade porque que o Turvo colocou isto neste ano pra ser apreciado. Não  
430 necessariamente que tenha que ter alteração agora, mas é que se passaram 4 anos e vai  
431 pra 5 e se não colocarmos isso para o ano que vem, daqui a pouco vai pra 6. Então  
432 estamos antecipando essa preocupação porque se todos os comitês vão ter atendido  
433 aquele orçamento de plano de bacia, pois a nossa bacia tem 10.000km<sup>2</sup>, se eu tiver que  
434 começar a andar e implementar ações, e começar a trabalhar em cima do plano, e ai  
435 enquanto nós não temos nós não estamos trabalhando ativamente na bacia. Então eu  
436 acho que a partir do momento que vocês tiverem os planos vocês passaram a atuar  
437 muito mais. Então se nós tivermos que andar muito mais para atender as ações dos  
438 planos nós vamos gastar mais. Hoje, os R\$100.000,00 que a gente tem, a gente gasta na  
439 manutenção do que tem hoje. Mas se nós tivermos que começar a fazer ações eu  
440 acredito que vai se tornar apertado o recurso. Então a preocupação nossa não é com  
441 esse ano e talvez nem seja com o ano que vem, mas quem sabe se nós não  
442 começarmos a discutir isso nós não vamos trabalhar isso nem no ano que vem. Era essa  
443 a intenção do Turvo e não que se passasse para R\$150.000,00 ou R\$200.000,00 ainda  
444 esse ano. Mas talvez para os próximos anos esteja na hora de começar a amadurecer  
445 isso e começar a falar, até porque aqui tudo é assim, a gente trabalha esse ano, para  
446 amadurecer ano que vem para entrar no orçamento do outro ano talvez. Julio Salecker,  
447 Comitê Taquari-Antas. Só lembrando que temos uma coisa na lei. Na criação das  
448 agencias, o comitê de bacia passa a ser administrado dentro da estrutura da agência.  
449 Então esse negócio de R\$50.000,00 que, claro que nos mantém e é necessário, isso é  
450 uma coisa provisória. Se nós não mexermos na lei, as agências têm de ser implantadas e  
451 é nas agências que estará a estrutura de administração dos comitês. Então daqui a  
452 pouco nem vai ter mais esse nível de dinheiro. E a briga que eu quero focar com todos  
453 nós aqui não é pedir mais dinheiro para os comitês, nós temos que focar na implantação  
454 das agências, que ai a coisa vai andar, ai a coisa vai acontecer. Ou, reformar a 10.350  
455 para mudar o modelo. Mas, por enquanto que nós estamos no modelo da 10.350,  
456 dinheiro para comitê é quebra-galho, não deve ser o nosso foco. Claro que precisamos,  
457 não estou dizendo que não quero os R\$100.000,00 por ano, pois precisamos manter a  
458 estrutura funcionando mas, está errado. Nós não temos que seguir nesse foco, nós  
459 temos que voltar para o foco das agências de bacia ou, juntar um grupo para mexer na  
460 lei, mas seguir nessa enrolação de mais dinheiro para ir resolvendo as coisas aos  
461 poucos, estamos fora da lei inclusive. Claudir Alves: O Comitê Passo Fundo só colocou  
462 essa demanda aí, porque os R\$100.000,00, e a gente tem lá uma alíquota e a gente  
463 enquanto fórum deliberou que poderíamos gastar somente 60% do valor na manutenção  
464 da estrutura entre secretaria executiva. No comitê Passo Fundo isso já extrapolou. E aí  
465 eu peço aditivo e o aditivo não anda. Por isso aumenta lá 5 mil reais que dê para eu  
466 fechar e não precise justificar toda vez. Só por isso, mais nada. André Oliveira. Agradecer  
467 o prestígio de a gente finalmente ter acesso este ano ao convênio e gratidão com a  
468 decisão política pela ação do governo e dizer que temos a expectativa de incorporar pró-



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL  
SECRETARIA DO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL  
CONSELHO DE RECURSOS HÍDRICOS

469 comitês e incorporar projetos que possam engrossar o caldo da ação dos comitês já que  
470 temos que madurar a implantação das agências. Patrícia Cardoso. Então, sobre os  
471 recursos para monitoramento: quase R\$1.000.000,00 na rede monitoramento da  
472 qualidade com recursos do FRH seguindo o que foi demandado pelas Câmaras técnicas  
473 e mais R\$500.000,00 do Progestão para rede de monitoramento da qualidade, como  
474 complementação do Fundo de Recursos Hídricos. Secretária Maria Patrícia. Apresentar o  
475 orçamento da parte do saneamento. Podes apresentar Pedro? Pedro DallAqqua, SOP. O  
476 saneamento corresponde a 35% do fundo, da ordem de R\$19.275.089,00. As nossas  
477 demandas da SOP para o item saneamento, contemplam para o exercício 2017,  
478 R\$25.609.000,00, distribuídos em R\$4.315.000,00 para módulos sanitários (800  
479 módulos); R\$2.157.323,00 para o Plano Estadual de Saneamento e a noticia de que,  
480 após 2 anos de contenda judicial, o plano estadual de saneamento teve conclusão  
481 jurídica e está em fase de homologação na CELIC e deve entrar em funcionamento neste  
482 ano. E a importância da discussão junto aos Comitês de Bacia, pois o plano deve estar  
483 muito articulado e integrado com a política de recursos hídricos, política de meio  
484 ambiente, com a política estadual de saúde e do plano de irrigação e de usos múltiplos da  
485 água, dentre outros no estado. Para a rede da água, R\$1.659.000,00; para drenagem  
486 R\$41.000,00 (apenas 2 municípios: 36 mil e 8 mil); perfuração de poços R\$5.886.900,00  
487 (equivalendo a perfuração de 150 poços em 2017); para o Sistema Gerenciamento de  
488 informações de saneamento R\$350.000,00, rubrica que estaria vinculada com a  
489 elaboração do plano de saneamento e voltada para armazenar todas as informações da  
490 montagem do plano estadual; e planos municipais de saneamento R\$1.200.000,00; como  
491 seria R\$25.609.000,00, a proposta seria de R\$19.275.000,00 então recompomos e para  
492 2017 seria R\$2.000.000,00 módulos sanitários; R\$2.157.000,00 plano saneamento  
493 mantém; rede da água cai para R\$8.339.000,00; drenagem mantém, mantém perfuração  
494 de poços e elimina os planos municipais de saneamento básico, então fecharíamos em  
495 R\$19.275.089,00. Anteriormente aprovamos a alteração da resolução anterior, de  
496 R\$3.850.000,00 para a situação da SEAPI explicada que ficou sem orçamento, e hoje  
497 deliberamos para adequarmos a demanda de R\$ 8.000.000,00 da SEAPI para 2017,  
498 aprovamos orçamento como está de R\$19.875.089,00 e semana que vem faríamos  
499 reunião para adequação para incorporar parte da rubrica deles de saneamento em cima  
500 dessa proposta aqui. Este foi o consenso. Vinculada com a apresentação da situação das  
501 barragens para CTPA. Os planos municipais de saneamento, esse aqui seria para  
502 atender em torno de 60 municípios. Iriamos abrir aos municípios que não se habilitarem  
503 ao recurso. Nós financiamos no Estado de 2012 para cá, cerca de 160 planos municipais  
504 de saneamento, 30 e poucos devolveram os recursos e os outros estão elaborando e  
505 apresentando os planos. Muitos municípios apresentaram defasagem nos planos, muito  
506 déficit de informação na área rural, principalmente o aspecto da contaminação das águas  
507 por E. coli principalmente, e em geral apresentam raros planos de viabilidade econômico-  
508 financeiro, que seriam requisito básico, os que apresentam são inviáveis na questão do  
509 esgotamento sanitário, dos resíduos sólidos, da drenagem que é a área mais deficitária  
510 dos planos, e o que se percebe é que os planos estão numa série de ficção científica. O  
511 Brasil não tinha cultura de planejamento, e com uma série de legislações, agora retomam  
512 isto a que não estávamos habituados e via de regra todos os municípios resolveram que  
513 vão universalizar o saneamento em dez anos. É ficção científica nesse sentido, em 10  
514 anos não se universaliza nada. Quem conhece saneamento sabe que a questão só do  
515 projeto demanda um tempo, depois demanda um tempo para tomar o recurso e depois  
516 demanda tempo pra executar a obra, então dez anos são apenas para fazer a primeira  
517 obra. Apresentam também inviabilidade com os operadores de saneamento, como por  
518 exemplo, a CORSAN, que opera em 311 municípios e ela não tem possibilidade  
519 econômica-financeira para universalizar o saneamento no estado inteiro em 10 anos. Nós  
520 precisamos de um plano e conscientizar os municípios que eles precisam trabalhar



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL  
SECRETARIA DO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL  
CONSELHO DE RECURSOS HÍDRICOS

521 dentro de um horizonte de planejamento mais amplo, dado que nenhuma legislação diz  
522 que a universalização deve ocorrer em 10, ou 15 anos, mas de forma gradual e  
523 progressiva e com as tecnologias apropriadas. Os planos trazem como tecnologia para o  
524 esgotamento sanitário sempre a rede separadora absoluta, sempre. Enquanto temos 2  
525 outras soluções, que estamos trabalhando junto com o MP e a própria FEPAM que são  
526 as questões do regramento das soluções individuais de esgoto sanitário e o esgoto misto  
527 progressivo. Outro aspecto considerado importante dentro do nosso estado é o porte de  
528 nossos municípios, onde 60% deles têm menos de 15.000 habitantes, então são  
529 municípios pequenos, com pouca densidade e apresentam completa inviabilidade  
530 financeira para ter como solução de plano a rede separador absoluto. Então esperamos  
531 que nós tenhamos uma política estadual formatada dentro do conselho estadual de  
532 saneamento que resulta numa recomendação orientando os municípios a rever os planos  
533 municipais de saneamento no que tange a parte de esgotamento sanitário para que nós  
534 possamos contemplar a questão das soluções individuais, a questão do esgoto misto  
535 progressivo aonde, vamos deixar bem claro, não vamos permitir botar rede pluvial nova  
536 para receber esgoto, é na questão da cidade real, onde o núcleo urbano já existe e já há  
537 esgoto sendo despejado nesse pluvial. Então a ideia é fazer os interceptores, levar para a  
538 estação de tratamento e devolver para o corpo hídrico tratado o esgoto. Em tempo de  
539 chuva os primeiros 20 minutos são destinados para a estação, depois o resto passa tudo  
540 para o corpo hídrico onde tem mais vazão para diluir. Então precisamos rever essas  
541 questões da política e dos planos de saneamento, precisamos fazer esse tipo de  
542 trabalho.

543  
544 Marcos Scherer. Queria fazer um questionamento, no auge da sua franqueza Pedro, a  
545 pedida é R\$19.275.893,00, para que isso não vire uma obra de ficção científica, qual é a  
546 expectativa da secretaria de gastar efetivamente no ano que vem? Tem alguma proposta  
547 real do que vocês pretendem gastar desse valor?

548  
549 Sergio Cardoso. Queria chamar esta questão do plano estadual. Dois setores que  
550 utilizam muita água no estado do RS. Saneamento e irrigação. Tivemos um plano  
551 estadual de irrigação que ninguém sabe onde esta. Levamos tempo para criar TR para  
552 fazer este plano estadual, criando discussão de regionalização de área urbana dentro das  
553 bacias, então queria pedir se pudesse preparar e mandar este material para os comitês.  
554 Porque se os comitês não puderem assumir este plano estadual, como mais da metade  
555 não assumiu o de irrigação, vai ser mais um monte de dinheiro que nós vamos gastar e  
556 não vai ter resultado nenhum. Se o plano de irrigação está ali e temos que recuperar e  
557 vai sair outro plano, tem TR e foi contratada uma empresa depois de dois anos brigando  
558 na justiça para ver quem ia fazer e vamos fazer uma porcaria se deixarmos acontecer,  
559 então queria que tu mandasse esse material para os comitês enquanto presidentes dos  
560 Comitês temos que assumir isto, não interessa se não é do meu setor, é da presidência  
561 do comitê. Se o comitê não tratar de saneamento, não tratar da irrigação, vai tratar do  
562 que? Ou é política pública séria, ou vamos ficar brincando de implantação do sistema,  
563 quem tem que puxar isso são os presidentes dos comitês. Se o Gravataí tem sério  
564 problema de saneamento, eu duvido que os outros não tenham. E então precisamos  
565 fazer passar pela questão da eficiência, como nos municípios que estão sendo dadas a  
566 iniciativa privada ou mista, qual seja CORSAN. Então é um apelo para você recuperar  
567 este material e mandar para nós para que os Presidentes assumam isso como parte da  
568 política nos seus comitês. Se não vamos só ficar fazendo planos e não vai chegar a lugar  
569 nenhum. Leda Famer. Só uma pergunta: rede de água. Quem será atendido, como seria  
570 atendido, como é que vai ser feito, quantos municípios vão ser atendidos? Para eu poder  
571 definir, houve uma diminuição, no ano passado era R\$11.000.000,00 e agora passou  
572 para R\$8.000.000,00. Pedro Dall Acqua. Primeira resposta: Não sei. Uma coisa é estar



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL  
SECRETARIA DO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL  
CONSELHO DE RECURSOS HÍDRICOS

573 no orçamento, é o primeiro passo, outra coisa é estar na liberação das cotas, que não  
574 depende de nós. Foi publicado ontem um decreto que determinou que por mais 6 meses  
575 tudo do orçamento ficasse contingenciado. Daqueles R\$20.000.000,00 do ano passado  
576 que eu tinha preparado pra apresentar, nós tínhamos R\$19.858.000,00 e foi liberado  
577 R\$3.265.000,00 para perfuração de poços e R\$1.015.000,00 para redes d'água e fizemos  
578 10. E R\$2.245.000,00, foi liberado R\$2.245.000,00 e foi liquidado R\$2.245.000,00. O que  
579 eu quero dizer é o seguinte, dos 19 milhões conseguimos realizar 3 milhões por que nos  
580 liberaram somente 3 milhões. Se houver liberação dos recursos a gente faz pois  
581 demanda há. Agora, respondendo a Dona Leda, dentro da proposta orçamentaria a gente  
582 procura trazer detalhada qual a bacia de intervenção e municípios beneficiados. O que  
583 nós consideramos como bacia de intervenção, é aquela classificação que fizemos para o  
584 plano estadual, para localizar o município, pois o município pode estar em 2, 3 ou 4  
585 bacias, mas ele precisa estar em uma para efeitos do plano estadual, então nós  
586 definimos o critério da área urbana. São raras intervenções da SOP em área urbana de  
587 municípios. As nossas ações são via de regra em zona rural, dentro do saneamento em  
588 área rural, para levar água às comunidades rurais, e às vezes a localidade pode não  
589 corresponder por conta do conceito estabelecido. E quando se fala em rede de água eu  
590 simplifiquei, pois pode botar como sistema de abastecimento, às vezes é rede, as vezes  
591 é reservatório, as vezes são reservatórios e redes de distribuição. Mas, normalmente,  
592 trata-se de um sistema simplificado em poços e sistemas de reservatórios e distribuição.  
593 Acho que o Sergio tem razão, precisamos não fazer um plano de gabinete e conto com  
594 Dra Maria Patrícia, Presidente Consema e CRH, para que tão logo seja homologada a  
595 licitação eu gostaria de o assunto ao CRH e CONSEMA. Incorporar os assuntos em  
596 andamento tal como o ZEE e de vários outros trabalhos em realização ou já realizados  
597 pelo Estado. E eu gostaria que nos integrássemos nessas questões de trabalho para não  
598 sair um monte de coisa inútil de lá. Esse é o ponto principal que nós precisamos cuidar.  
599 Maria Patrícia. Na elaboração do plano, pode-se pautar toda vez quando tiveres um  
600 relato, tanto aqui quanto no CONSEMA, pois a Câmara Técnica acompanhando e o CRH  
601 acompanhando lá no CONSEMA, fica a pauta permanente nos dois conselhos. Segue  
602 comentário feito no Comitê São Gonçalo sobre grupo para trabalhar questão do  
603 saneamento. Pedro DallAcqua. Em todos os comitês vamos passar pelo menos duas  
604 vezes, na fase de apresentar o diagnóstico e na fase de apresentar os programas e  
605 ações desenvolvidos. Sergio Cardoso. Isto está previsto na questão da metodologia. Se  
606 tirou que a bacia hidrográfica é onde se dá a discussão pra fazer referência e os comitês  
607 são o fórum pra discussão. Então que a gente se envolva. SDR. Boa tarde, de manhã  
608 discutimos o que a SDR está buscando aplicar porque estamos fazendo a proposta  
609 orçamentária de 2017, temos a proposta de nos encaixarmos como setoriais para garantir  
610 10% do recurso planejado. Não queremos deixar de registrar que vamos entrar no 3º ano  
611 sem repasse, o FRH não está contemplando a SDR na sua plenitude. A gente recebeu  
612 em 2015 o último recurso de R\$64.000,00, e de lá pra cá, em 2015, foram  
613 R\$4.500.000,00 que não recebemos, não conseguimos executar. Em 2016 são aqueles  
614 R\$5.900.000,00 que também há um cenário de muita dificuldade para apresentar esse  
615 valor, e nós queremos nos colocar a disposição e falamos que temos possibilidade de  
616 executar, podemos fazer os pequenos projetos de irrigação, cisternas e microaçudes nas  
617 propriedades de agricultores familiares. Só que também a gente procura um canal junto  
618 ao conselho para tentar efetivar a disponibilização desse recurso. Então fica esse nosso  
619 registro. Sergio Cardoso. Quem sabe a SDR comece se organizando com suas  
620 estruturas regionais para participar dentro dos comitês aproveitando sua estrutura de  
621 estado que tem. Porque simplesmente vir aqui e dar a realidade, realidade essa que já  
622 conhecemos o que está faltando na verdade é a construção de espaço da política dentro  
623 dos órgãos e das entidades. Ou quem sabe com essa estrutura do estado, pois diz que  
624 em momento de crise é o momento de planejar, então quem sabe se organize para poder



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL  
SECRETARIA DO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL  
CONSELHO DE RECURSOS HÍDRICOS

625 participar de todos os comitês, criar um tensionamento, e se não chegar no centro do  
626 governo por aqui vai chegar por outro lugar. Então é mais uma sugestão, pois isso aqui  
627 não pode ser mais um lugar para pedir dinheiro, tem que ser um lugar para construir  
628 política pública. E isso se constrói participando de reuniões de comitê de bacia, não só do  
629 CRH. É só mais uma sugestão. SDR. Assim, sobre as estruturas regionais da SDR, ela  
630 se extinguiu no início 2015, não houve estruturas regionais e agora, a partir do início do  
631 ano de 2016 começou a surgir, nas maiores regiões, surgindo em Pelotas, em  
632 Sananduva, tinham 17 em 2015 e hoje tem 4. A EMATER é um dos braços que  
633 sustentam a efetividade dos projetos da SDR e sabemos que a EMATER participa  
634 bastante das organizações regionais, e tem que demandar. Há pouco tempo ouvi o  
635 ministro do supremo dizer que trabalham por demanda então nós temos que ser  
636 demandados. Qualquer Comitê a qualquer momento pode encaminhar Ofício para o  
637 Gabinete SDR solicitando a indicação de um representante nas reuniões. Claudir Alves.  
638 Em 2014, entrei nos Comitês de Bacia, mas sempre ouvi o Gabriel reclamando que a  
639 SDR não consegue utilizar recurso, então ou o CRH constrói uma moção dizendo para  
640 passar recurso ao SDR, ou vamos ficar naquele dos 10% que está destinado que vá pra  
641 outra secretaria. Ou coloca eles em situação de igualdade, ou libera o recurso e destina  
642 para outra secretaria. SDR. Não é por falta de insistência dos gestores da SDR que o  
643 recurso não vem. Em 2016 foram feitos encontros, isso está no sistema de  
644 monitoramento estratégico do estado, o centro de governo sabe da importância e projetos  
645 da SDR e tem reunião na secretaria de planejamento e na fazenda, só que não  
646 acontece. Eldo. Quando se fala da EMATER ela faz parte em todos os comitês, se não  
647 em todos pelo menos em todos os municípios do RS. Agora, uma coisa é fazer parte,  
648 outra é participar. Talvez falte orientação, mas, falta fundamentalmente capacitação, a  
649 prova está aqui, porque passamos a tarde toda aqui discutindo sobre coisas de comitês.  
650 Eu estou aqui há 24 anos, daqui a pouco tenho que andar 500 km e defender javali e  
651 porco e viajar, até a fronteira e continua lá. Isso é irritante, passamos o dia discutindo  
652 numa câmara técnica, que se pronunciou diante do conselho de recursos hídricos, mas  
653 pelo jeito o Conselho não dá bola pra Câmara técnica, pois estamos discutindo aqui de  
654 novo e vamos aos mínimos detalhes e estamos discutindo participação nos Comitês, por  
655 favor. Comitê Gravataí retruca que o Conselho é a Instancia Superior de Debate e que a  
656 Câmara Técnica é apêndice do Conselho. Maria Patrícia. Mais alguma questão de mérito  
657 em relação á apresentação da SDR? Vou submeter a votação a peça orçamentaria de  
658 2017. Os favoráveis então ergam seus cartões. Contrários? Abstenções? Então está  
659 aprovada por unanimidade. Hoje não temos assuntos gerais? Tem duas inscrições. Eldo.  
660 Nós passamos o dia hoje discutindo detalhamento, valores, acusando os outros que só  
661 aparecem aqui quando se fala em dinheiro. Agora, por exemplo, não falamos da essência  
662 do sistema, que é compartilhado, participativo e tem que se articular. Está até no plano  
663 estadual, documento máximo aqui do conselho. Ontem recebemos a notícia de que estão  
664 instalando, na Bacia do Santa Maria, que tem Comitê com credibilidade local, embora o  
665 estado atropele, critique, quem vai lá conhece e sabe e se dá satisfações. Lá recebemos  
666 uma empresa que tá instalando duas estações hidrofluviométricas. Das mesmas que  
667 estamos lutando há 5 ou 6 anos para instalar lá na bacia do Santa Maria, que lá tem  
668 problemas de cheia, tem problemas de seca, todas aquelas questões, e é por isso que lá  
669 nós temos barragem, e é por isso que está no nosso plano de bacia. E isso eu esqueci de  
670 falar de manhã e de tarde, tudo que você falou Patrícia, das barragens do  
671 Jaguari/Taquarembó, tá no plano de bacia, nosso documento oficial. Então questione  
672 quem quiser, se sobrepondo a instância do comitê. Duas estações, em cima de duas que  
673 já existem. E uma questionada pelo Comitê, porque é da ANA que não serve pra nada,  
674 porque tá junto ao recuo do principal afluente do Santa Maria junto a cidade de Rosário  
675 do Sul e que não mede nada de nível, porque o Santa Maria se sobrepõe e empurra ele  
676 de volta. Qual é o sentido disso? Quando nós fomos instalar as nossas do sistema de



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL  
SECRETARIA DO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL  
CONSELHO DE RECURSOS HÍDRICOS

677 alerta de desastres, nós propugnamos por localizar melhor, e localizamos melhor, então  
678 já tem ali, e querem instalar outra, logo adiante, a 10km de distância. O CEMADEN, não  
679 sei quem é, se tá ligada à defesa civil. Falamos do Estado quebrado e escassez de  
680 recursos e vamos lá instalando estação sobre estação, enquanto tem plano de bacia,  
681 100% se manifestaram em fórum e reunião do CRH sobre monitoramento, e na bacia do  
682 Rio Santa Maria tem uma rede pedida há quinze anos e nada, e agora estão instalando  
683 estação sobre estação. Então esse conselho como órgão máximo do nosso sistema  
684 precisava articular este processo, e não vir da ANA, da ONU ou sei lá quem a  
685 estabelecer coisas pra nossa bacia. Estou falando em nome da Bacia do Rio Santa  
686 Maria, mas acho que isso é um problema regional.

687

688 Patrícia Cardoso. Assim Eldo, acredito que seja uma demanda de todos, então uma  
689 proposta, em cima dessas incongruências que aparecem às vezes por falta de  
690 comunicação ou de informação, etc.. então na próxima reunião do CRH, queremos trazer  
691 aqui todos os atores desse mapeamento do sistema de monitoramento pelas respectivas  
692 instituições. Tipo, o que é a rede de monitoramento da parte do DRH, da parte da  
693 FEPAM, a parte hidrometeorológica, da parte da CPRM e do CEMADEN, como se  
694 relaciona e vamos socializar um pouco para identificar, o que está ali a um metro de  
695 distância de outra rede, enfim, para tentar caracterizar um pouco e nos comprometemos  
696 a trazer isso em uma próxima reunião do CRH, pois está havendo falha de comunicação.

697 Sergio Cardoso. Tenho feito algum debate dentro do fórum dos comitês sobre a questão  
698 das informações. A Secretaria tem toda autonomia administrativa de fazer o que quiser  
699 dentro do sistema, dentro de sua competência, mas, é ruim a gente ir para uma reunião e  
700 depois ficar sabendo que tem coisas no sistema que estão sendo lançadas e não ficamos  
701 sabendo de nada, se mudaram as questões de águas subterrâneas, das mudanças feitas  
702 no SIOUT, então quem sabe dispara para todas as caixas postais dos comitês, pois é  
703 muito ruim irmos para as reuniões enquanto presidente de comitês e temos que monitorar  
704 a página da SEMA, para sabermos o que está acontecendo dentro do sistema. Então não  
705 tem como fazer discussão lá dentro do Gravataí sobre água subterrânea ou sobre o  
706 SIOUT se nós somos o último a saber dentro do processo. Então é mais um pedido pra  
707 gente se ajudar dentro do processo que é integrado. Maria Patricia. Pedido recebido e  
708 acatado. É um módulo do SIOUT, não uma operação de regramento. Mais alguma  
709 inscrição? Sandro Schlindwein. Só uma sugestão de uma próxima pauta, hoje de manhã  
710 participamos pela primeira vez da reunião da CTPA e é a segunda participação em  
711 reunião do CRH, e pedimos desculpas pois não sabíamos como funcionava, o Eldo tem  
712 nos convidado para as reuniões, sobre a discussão de como funcionava e não viemos só  
713 pela discussão dos recursos. Fomos delegados pelo Secretário pra fazer parte dessa  
714 reunião e queremos também agradecer ao Pedro por essa discussão e explicação de  
715 como funcionava e da cedência de um orçamento que nos passou esse ano, e que será  
716 feita neste ano para executar neste período de 2016, e dizer que herdamos o  
717 Departamento de Irrigação da SOP, com os projetos que já estavam em andamento há 8  
718 ou 9 anos e que já tinham passado pelo conselho e vem passando a discussão das  
719 barragens e que estes projetos de barragens já estavam sendo discutindo, e quase  
720 R\$14.000.000,00 foram liberados pelo Conselho para a construção dessas barragens. E  
721 que fomos convocados, já que solicitamos esse recurso, para fazer uma apresentação e  
722 esclarecer como estão estes projetos e do que pretendemos. Mas para isso, gostaria de  
723 fazer a sugestão, só uma justificativa, para que seja atualizada ou se crie uma nova  
724 resolução incluindo, também, a questão da irrigação. Está saneamento, está a  
725 distribuição SEMA, e que, se nós ficamos dentro do saneamento que isso seja definido,  
726 ou que seja um percentual a ser definido pela resolução. Uma atualização da resolução  
727 enquadrando a irrigação também como parte, pois hoje a gente não tá então até por isso  
728 a gente hoje não fez uma discussão, não fez uma proposta do ano que vem, mas o Pedro



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL  
SECRETARIA DO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL  
CONSELHO DE RECURSOS HÍDRICOS

729 já se disponibilizou a nós a discutir e construir como a gente pode melhor aplicar os  
730 recursos aqui do CRH. A sugestão seria essa para que seja incluída na pauta da próxima  
731 reunião. Maria Patricia Mollmann. Esse assunto é pautado primeiro na Câmara Técnica  
732 para ela decidir se depois traz este assunto aqui, ok? Mais alguém, mais alguma coisa?  
733 Julio Salecker. Eu gostaria de dizer que estamos tendo uma evolução e se nota que  
734 estamos mais focados no sistema de recursos hídricos, passamos hoje por  
735 enquadramento, passamos por monitoramento, coisas que não falávamos e que são  
736 essenciais para o sistema. E já temos R\$1.500.000,00 para monitoramento, pois sem  
737 monitorar, sem ter dados não vamos fazer nada, não vamos fazer gestão nenhuma, não  
738 adianta plano de bacia, não adianta plano estadual, não adianta nada se não tiver  
739 monitoramento. Então, hoje apareceu e é a primeira peça orçamentária que aparece  
740 instrumentos de gestão e planejamento que estão na nossa lei e que nós nunca  
741 havíamos abordado, mas, hoje apareceu aqui. Então queria mais era trazer aos  
742 conselheiros que estamos evoluindo sim, estamos dando passos largos no sentido de  
743 implantar a integralidade no sistema estadual de recursos hídricos. Falta ainda o que  
744 antes eu vim aqui e falei um pouco sobre as agências de bacia, pois é uma coisa que  
745 precisamos resolver. Esse CRH aqui que é a cabeça do sistema estadual de recursos  
746 hídricos tem que resolver a questão do plano estadual de recursos hídricos, vai passar na  
747 assembleia ou não vai, ou vai ser aqui, mas nós temos que resolver isso e a questão das  
748 agências. No modelo que foi criado na lei ou não, ou vamos mexer na lei, mas  
749 precisamos ter isso como foco, como meta. Depois, o monitoramento, que está  
750 começando a ser bem encaminhado. Os 25 planos de bacia tem que estar completos  
751 também para o sistema funcionar, e também hoje nós tivemos na peça orçamentária  
752 destinação de dinheiro para completar os 25 planos de bacia do RS. Será uma luta árdua  
753 para nós, desse CRH, esse dinheiro sair e acontecer as coisas, porque isso nós nem  
754 trouxemos ao debate hoje pois não era pauta. 2016 nós fizemos peça orçamentária e não  
755 esta funcionando como havíamos previsto. Mas não vamos entrar nessa discussão, eu só  
756 quero deixar na mente de todos aqui que nós vamos ter que trabalhar fortemente em  
757 2017, agora com a peça aprovada, para que ela aconteça, com as articulações regionais,  
758 com as articulações dentro do comitê, mas que o governo queira, pois, se ele não quiser,  
759 seja por não ter dinheiro, ou seja, por não ser de seu convencimento, as coisas não vão  
760 acontecer. Então tem muito representante de governo aqui dentro, temos que levar isso  
761 adiante também, nós precisamos terminar a implantação do sistema estadual de recursos  
762 hídricos. A maioria é contra a 10.350, vamos nos articular e reformar a lei, não podemos  
763 é seguir nessa enrolação, empurrando mais um ano, e eu rogo à Deus que o governo  
764 Sartori consiga fazer isso também, fazer o sistema estadual de recursos hídricos ser  
765 implantado na sua totalidade e que tenhamos água em qualidade e quantidade para  
766 todos. Pedro DallAcqua. Vou falar como estado aqui. Acho que falamos muito sobre  
767 sistema de recursos hídricos, planos de bacia, etc... mas acho que precisamos saber  
768 como está o sistema, uma avaliação. Os comitês de bacia via regiões hidrográficas, cada  
769 região hidrográfica apresentar como esta a evolução para termos uma visão do todo, pois  
770 não consegui vislumbrar o sistema como um todo, pois vemos a mão, um dedo, um  
771 braço, acho que precisamos fazer avaliação do sistema, para termos uma noção do  
772 sistema, os entraves, o que foi implementado, o que deu certo. Uma sugestão de pauta  
773 pra uma próxima reunião. Maria Patricia. Temos uma reunião de Câmara Técnica para  
774 discutir o plano e talvez filtrar lá e trazer para cá. Mas sugiro que se levasse para aquela  
775 Câmara e que depois se trouxesse para cá. Mais alguma sugestão? Então Obrigada  
776 Senhoras e Senhores e esta encerrada a reunião. E eu, Carmem Silva, Secretária  
777 Executiva do CRH/RS, lavro esta ata.